

A biogovernamentalidade da educação e a constituição de subjetividades docilizadas e normatizadas

ROGÉRIO LUÍS DA ROCHA SEIXAS*

Resumo

O objetivo deste texto é realizar uma análise crítica da relação entre educação e o poder, segundo a perspectiva de Michel Foucault a partir do que denominamos como sendo a prática de uma Biogovernamentalidade Neoliberal, que na condição de uma arte de governar e através da gestão biogovernamental escolar, constitui sujeitos dóceis politicamente, úteis para exploração econômica de suas potências, mais individualistas e facilmente governados, como no caso do *homo oeconomicus*. Esta situação é totalmente oposta ao ideal educacional de formar indivíduos autônomos e críticos, prontos para o exercício de uma cidadania política ativa.

Palavras-chave: Biopolítica; Disciplina; Governo; Poder.

Abstract

The aim of this text is to realize a critical analysis of the relation between education and the power exercise, according to Michel Foucault's reflections starting with the notion of Neoliberal Biogovernamentality, while a govern art and through the biogovernamental scholastic management, constitute politically pliant subjects, useful to the exploration of their economical potencies, more individualists and easily governed, likes the *homo oeconomicus* exemplars. This situation is totally opposed to the education ideals of to form autonomous and critical subjects, prepared to exercise an active political citizenship.

Key words: Biopolitics; Discipline; Government, Power.



* **ROGÉRIO LUÍS DA ROCHA SEIXAS** é Doutor em Filosofia pela UFRJ e Professor de Ética e Filosofia da UBM(RJ).



Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

(Michel Foucault)

kdfrases.com

Introdução

Embora a assim denominada caixa de ferramentas foucaultina, não tenha sido originalmente utilizada para tratar da Educação, mesmo se configurando sem dúvida como um tema problematizado por Foucault, a partir de outros e em relação com outras questões, é incontestável sua aplicabilidade pelos filósofos e pensadores da educação. Todavia, não se pode deixar de ressaltar que problematizar a Educação normalmente leva, sob a perspectiva foucaultiana a uma eventual transversalidade com outros campos como a Filosofia, a Política, a Ética e a História. Esta propriedade de transversalidade e a percepção de uma atitude filosófica, enquanto o exercício do diagnóstico da nossa atualidade, isto é, traçar uma ontologia do momento presente, o diferenciando do que foi no passado. Isto nos leva a formulação das seguintes questões: o que nós somos atualmente? A partir deste exercício surgem questões importantes como: o que estamos fazendo de nós? Com esta percepção de diagnóstico dos problemas da atualidade, podemos formular a seguinte questão: O que vem a ser política educacional? Este binômio que une termos tão diferentes parece inadequado em sua utilização. Contudo,

a questão da educação envolve a prática de políticas, relacionada com algum tipo de racionalidade que as legitima. Uma característica essencial da política da educação em nossa atualidade é a sua predisposição incansável para tentar ajustar os limites e horizontes dos projetos nacionais de educação. Em países da dimensão do Brasil, torna-se uma dificuldade convergir uma política educacional nacional com as diferenças regionais. Não podemos esquecer que a produção de “políticas públicas”, onde está inclusa a educacional, ocorre em uma atmosfera globalizada, tanto cultural quanto economicamente. Temos um ambiente de complexidade política, econômica e social, aonde o assim propalado “neoliberalismo” tornou-se hegemônico, mas não por este motivo inquestionável. Quando se aborda uma análise da política neste contexto, esta assume uma dimensão político-social, levando em conta a relação e o papel de todos os agentes envolvidos no exercício de uma política educacional. Nossa proposta não é original, mas que necessita sempre ser tratada como essencial. Devemos interpretar o que aqui se denomina de política educacional, como a expressão de um tipo de racionalidade política que

elabora políticas públicas como essência da máquina de Estado moderno.

A racionalidade de governar se caracteriza como uma “arte de governar as vidas” que se estrutura em aparatos burocráticos e de infraestrutura, constituído por diferentes especialistas que se apresentam como: conhecedores, executores e administradores em como produzir uma política de governar ou de gerir o que se governa. Há uma conexão entre racionalidade política, produção de uma política pública e a arte de administrar esta política para governar os outros, formando condutas, sujeitando os indivíduos e não os reprimindo, para que possam ser úteis para sistemas de mercado. Por oferecer um horizonte interessante para análise crítica aos estudos de política educacional, busquei apoio em noções trabalhadas por Michel Foucault como Disciplinarização, Biopolítica, Governamentalidade e outras, permitindo abrir um importante espaço crítico à política educacional e sua aplicação para tornar a razão política operacional e concreta. As noções de Biopolítica e Governamentalidade são essenciais, pelo motivo de se concentrarem em um ponto político essencial: como governar a vida da população de indivíduos, de forma eficiente, segundo a racionalidade de uma arte de governar no seio do Mercado Econômico, marcado pelo Neoliberalismo? Leia-se aqui que se trata de uma Biogovernamentalidade como intervenção e legitimação de um grupo de práticas, técnicas e saberes, implantando e gerenciando certos modos de subjetividade, segundo esta perspectiva política e econômica neoliberal. Exatamente esta construção de subjetividades que estão longe do ideal iluminista educacional de formação de autonomia, que focaremos a discussão em nosso texto. A

construção de subjetividades dos discentes que são apresentados como os principais alvos de políticas educacionais, com o objetivo de melhorar suas condições de autônomos e críticos para exercício de suas cidadanias no meio social. Constatamos ao contrário, subjetividades normatizadas e docilizadas, essenciais do ponto de vista econômico, enquanto capital humano a ser investido e explorado.

Escola e disciplinarização dos corpos

Destaque-se que mais propriamente, o diagnóstico foucaultiano se direciona de modo mais intenso com relação à Escola, enquanto instituição caracterizada pela disciplinarização da conduta dos corpos. Trata-se de um exercício de poder que apresenta como objetivo os corpos em seus detalhes e na eficácia de seus movimentos. Em *Vigiar e Punir*, o autor analisa como a pedagogia educacional ocidental se inscreve na reorganização do poder moderno. Sublinha-se desta forma, o exercício de disciplinarização da educação, no espaço delimitado da Escola, assemelhando-se às prisões, concedendo assim ao tema do corpo ou dos corpos disciplinados uma vital importância. A Escola como estrutura voltada para educar, surge como instituição própria de disciplinarização dos corpos. Como indica o pensador é a partir principalmente dos séculos XV e XVI, que o Ocidente volta sua preocupação para o processo educativo. Qual objetivo principal? A formação das crianças, segundo um modelo de educação burguesa que se populariza. Interessante como este processo de disciplinarização, inscrito na prática pedagógica, exercida principalmente em locais fisicamente organizados para disciplinar o tempo e o espaço que

denominamos de Escolas ou Liceus, assemelhando-se assim como destacado anteriormente, à lógica disciplinar das prisões, é diagnosticado pelo pensador como um exercício de poder sobre a formação das personalidades dos indivíduos, que surge não apenas em “correlação ao nascimento de uma ideologia, mas também a um regime do tipo liberal” (FOUCAULT, 2005a, p.119). Pode-se afirmar deste modo que a disciplinarização inserida na educação nasce exatamente pela necessidade de tornar os corpos dos indivíduos, não formas a serem controladas e reprimidas, mas ao contrário, enquanto percebidos como corpos – máquinas, seriam preparados e moldados para se tornarem economicamente úteis. Ressalte-se: não reprimidos, mas dóceis e úteis. Quando descrevemos nas linhas iniciais deste parágrafo, as características do poder disciplinar, o termo eficácia quer significar como disciplinar os corpos para deles extrair a maior força vital possível. Não é escravidão, mera domesticação ou vassalagem. Esquadrinha-se o seu tempo e espaço. Um tipo de genealogia do indivíduo moderno em face de uma complexa malha de práticas que se efetivam mediante estratégias de poder ilustra “os métodos que permitem o controle minucioso das operações dos corpos, que sofrem o sujeitamento constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2005a, p.119). Compreender como tornaram-se sujeitos a partir de um complexo e intrincado processo de objetivação que se desenvolve no seio de redes de poderes que os enquadram, dividem, classificam.¹ As disciplinas produzem

¹ Das prisões, as práticas da disciplina se instauram nos quartéis, hospitais, fábricas e **escolas**, locais onde existem os muros que

sujeitos individualizados e identificados, de acordo com uma subjetividade que literalmente os tornam assujeitados às identidades que lhes são constituídas. Os efeitos das práticas das técnicas disciplinares levam à sujeição, ao tornarem o indivíduo, um sujeito preso a uma identidade atribuída como própria à sua constituição. Sendo assim, a Escola enquanto ainda descrita como o agente principal para formação de indivíduos prontos para o exercício de cidadania e a partir do processo educativo, possam adquirir maior capacidade de se tornarem mais autônomos, se de algum modo não são reprimidos, passam a ser condicionados ou talvez sujeitados a constituírem-se essencialmente como corpos de produção e consumo. Aparentemente a leitura foucaultiana, desmascara o discurso humanista e iluminista referindo-se à educação como forma dos indivíduos ganharem maior autonomia. Assevere-se que neste contexto pode parecer uma crítica negativa, mas quando indica o poder disciplinar inserido na educação e sua relação com a visão do liberalismo da época, Foucault realiza algo que até os nossos dias atuais, sofre duras críticas, com relação à leitura do poder: este pode ser positivador. Empregando o termo utilizado por Foucault de uma anatomia política do corpo, a disciplinarização aumenta a força econômica do corpo e, ao mesmo tempo, reduz sua força política. Como afirma Foucault: “Ela fabrica assim corpos submissos e exercitados. Corpos dóceis” (FOUCAULT, 2005a, p.119). A sutileza das estratégias deste poder passa desde a vigilância até o controle do espaço e do tempo dos corpos. Algo comum até hoje em nossa estrutura de Escola. Educar se evidencia como

determinam a arquitetura do encarceramento e da vigilância.

estratégia de disciplinarização, não com o intuito de reprimir ou dominar, mas extrair de corpos politicamente dóceis, o maior potencial possível de produção econômica dos corpos individuais. Não existe aqui uma crítica ao educar para o mercado de trabalho ou uma exaltação de exploração por parte de uns em detrimento de outros. Foucault demonstra que a Escola surge a partir de uma lógica de exercício de poder sobre a conduta dos corpos, não para reprimilos, mas para aumentar sua potencialização produtiva. Precisa ficar bem claro que a “disciplina aumenta as forças do corpo em termos econômicos de utilidade e as diminui em termos políticos de obediência” (FOUCAULT, 2005a, p.119-120). Entende-se que nesta “anatomia política”, técnicas de assujeitamento são aplicadas para um aproveitamento econômico dos corpos, inibindo ao mesmo tempo algum tipo de “resistência” a este assujeitamento. Produzem-se subjetividades normalizadas a partir de técnicas de poder disciplinar. Segundo Candioto, Foucault aparentemente faz uma associação das técnicas disciplinares com as práticas cristãs de normalização do comportamento e docilização da alma (observáveis nos seminários e exatamente também nas escolas) compondo com a anatomo-política institucional de cunho secular, “o canteiro histórico moderno da sociedade disciplinar” (CANDIOTTO, 2012, p.17).

Gera-se ao mesmo tempo e de modo até paradoxal, um tipo de uniformidade que nivela todos os indivíduos e ao mesmo tempo a constituição de individualidades que devem aprender a cumprir a *norma*. Esta, ao nivelar as pessoas, também às individualiza, porque há a cobrança de um esforço pessoal, assimilando-as ao sistema. Esta uniformidade se reflete tanto a

partir da formação dos indivíduos em uma sala de aula quanto de uma rede de produção ou mesmo nas regras as que são submetidas os presos quanto ao seu tempo e espaço. Em todos estes casos temos os indivíduos que devem aprender a cumprir a norma. Caso não consigam se enquadrar nesta normação, também são individualizados e castigados. Afinal, são sempre qualificados e medidos. Os instrumentos de avaliação na estrutura escolar, sempre seguiram muito bem esta norma. Recompensa e castigo são características importantes em qualquer norma de avaliação. No caso específico da Escola, os mais incapazes são reprovados. Considerados inaptos para o aprendizado. Necessitam de punição, para se tornarem passíveis de serem esquadrihados. Os mais aptos são recompensados pelos seus esforços e qualificados como aptos ou qualificados como educados pelo conhecimento. De qualquer modo, tenta-se qualificar cientificamente os nossos alunos. Por este motivo a necessidade de expansão de saberes técnicos acerca de índices, notas, atitudes e comportamentos. É estabelecido um conhecimento positivo sobre os discentes. Desenvolveu-se com o poder disciplinar e no caso mais específico, no papel da disciplinarização educacional aplicada na escola, uma engenharia de condutas comum ao corpo social, mas que se concentra em uma ortopedia da individualidade.

A biopolítica e educação da população

Em a *Vontade de Saber*, Foucault passa a analisar, no último capítulo, o que denominará por biopoder, que deve ser entendido como um poder que se aplica à vida dos indivíduos, isto é, aos corpos, naquilo que eles têm em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie. Há um deslocamento da noção de poder sobre a

vida exercida pela lei do soberano que antes dispunha da vida dos seus súditos, podendo tirar-lhes a vida quando se sentia ameaçado ou suas leis desobedecidas. Passa-se a exercer não mais um direito de morte, mas sim o de gerir a vida e, para garanti-la, se a deixa morrer. Como explica Foucault: “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ele se torna o ponto mais secreto da existência” (FOUCAULT, 2005b, p.130). Conforma-se uma biopolítica porque os novos objetos de saber, que criam “a serviço” do novo poder, se destinam ao controle da própria espécie; e acarreta na emergência de novo agente político identificado como *população*². Um conceito inédito que se constrói para dar conta de uma dimensão coletiva de seres viventes; que até então não representava qualquer importância política no campo dos saberes. E, para compreender e conhecer melhor esse corpo é preciso não apenas descrevê-lo e quantificá-lo – por exemplo: em termos de nascimento e de mortes, de fecundidade, de morbidade, de longevidade, de migração, de criminalidade, etc. – mas também jogar com tais descrições e quantidades; combinando-as, comparando-as e, sempre que possível, prevendo seu futuro por meio do passado. Esta situação original desemboca na produção de múltiplos e recentes saberes, como a Estatística, a Demografia e a Medicina Sanitária. Mais especificamente, tais saberes e processos são “assumidos mediante toda

² A população representa a necessidade de se pensar não apenas técnicas de individualização como nas práticas disciplinares, mas também totalizantes para gerir este conjunto de indivíduos e lhes destinar assim, uma economia específica de poderes.

uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população” (FOUCAULT, 2005b, p.131). Então, a biopolítica, pode ser entendida como uma tecnologia de exercício de poder sobre o corpo-população, com o objetivo de racionalizar a melhor gestão das suas necessidades vitais – que se transformam segundo a problematização referente à gestão da vida coletiva, alvos de ação de uma prática de governo. Exerce-se um poder sobre a vida, exemplificado nestas duas tecnologias de poder, visando racionalizar sua gestão – uma anátomo-política do corpo individual e um conjunto de intervenções e controles reguladores, expressando-se como uma biopolítica da população. Se com a disciplina, estabelece-se uma normalização mais individual, com o biopoder, instaura-se uma prática normalizadora de modo totalizante sobre a vida da população. Obviamente se desenvolve uma pedagogia voltada para gestão desta população da melhor forma possível também no ambiente escolar. A prática educacional se adapta ao que Foucault em *O Nascimento da Biopolítica* identifica como sendo o surgimento de um *ethos* neoliberal que opera em praticamente todos os aspectos da vida individual e total. As práticas comuns à Escola disciplinarizada, não desapareceram, mas passaram por transformações e ainda se fazem presentes na estrutura de Escola atual que passa a tomar o corpo discente e também docente, como uma forma de capital humano passível de intervenções operacionalizadas a partir das novas táticas do que podemos identificar como o governo³

³ Termo utilizado e sugerido por Alfredo Veiga-Neto, inspirado do termo derivado do francês (*gouvernement*) para diferenciar o ato-poder enquanto condução de condutas da noção

biopolítico de gestão segundo uma perspectiva neoliberal, embasada no autoempendedorismo comum ao mercado econômico. A educação escolarizada deve ser organizada visando exatamente o objetivo de produção do “capital humano” dotado de um belo corpo para que dele sejam exploradas as suas potencialidades vitais para produção e consumo, desenvolvendo uma gestão própria para governar estes corpos como uma população. Produzindo sujeitos que possam ser investidos de habilidades informacionais e cognitivas para o empreendedorismo do Mercado e ao mesmo tempo, que se tornem facilmente normalizados e governados, para melhor geri-los. Partindo deste ponto, Foucault vai se questionar se de fato é possível “repor o Estado moderno numa tecnologia geral de poder, que teria possibilitado suas mutações, seu desenvolvimento, seu funcionamento” (FOUCAULT, 2005b, p.162). Esta conformação precisa e só pode ser compreendida levando-se em conta sua governamentalização⁴. Em seu curso *Os Anormais*, Foucault destaca uma noção de “governo da educação dos corpos das crianças”, principalmente quanto à questão da sexualidade, a partir de uma alteração importante no educar natural das crianças, que era exercido pelos próprios pais, que são “educadores naturais dos filhos” (FOUCAULT, 2011, p.222).

comum de governo, enquanto instituição administrativa, social e política. Aplicaremos esta expressão em várias passagens de nosso trabalho.

⁴ A governamentalidade moderna ou a governamentalização da sociedade coloca de modo inédito a vida da população como problema político. Uma gestão biopolítica global da vida dos indivíduos. Esta gestão implica um conjunto de tecnologias governamentais que dizem respeito também ao governo da educação.

Interessante como o autor observa que esta educação natural deveria seguir uma regra: “essa educação deve obedecer a certo número de regras que precisamente, devem garantir a sobrevivência das crianças, de um lado, e sua educação e desenvolvimento normalizado, do outro” (FOUCAULT, 2011, p.222). Normalização que se configura como propriedade essencial do exercício do biopoder e constituição da biopolítica. Ainda neste curso, Foucault ressalta que ao final do século XVIII, vai ocorrer um fato novo. Através da educação da corporeidade das crianças por parte dos pais. Da educação da vida dos filhos por parte da educação cuidada pelos pais, pede-se aos pais que “não apenas eduquem as crianças para que elas possam ser úteis ao Estado, mas pede-se que cedam efetivamente seus filhos ao Estado, que confiem a este se não a educação de base, pelo menos a instrução, pelo menos a formação técnica, a um ensino que será direta ou indiretamente controlado pelo Estado” (FOUCAULT, 2011, p.223). Tem-se a constituição de uma educação estatal, visando à formação de corpos úteis para o lucro e a produção capitalista.

Biogovernamentalidade neoliberal e a gestão do corpo escolar

Faz-se necessário esclarecer que embora um tipo de configuração mais inédita de Estado não possa ser ignorado, o seu mito como uma força onipotente e onipresente não é mais aceito. Não por acaso, desfazer a figura do grande monstro capaz de controlar tudo e todos, foi um grande esforço empreendido pelo autor e por esta razão, este «mito» deve ser deixado de lado. O que é importante? Os mecanismos das táticas e estratégias de tecnologias de poder difusas para

governar os indivíduos em diferentes domínios, identificando-se o Estado como uma parte desta mecânica e não o seu todo. Como observa Michel Senellart, esta “entrada” do Estado na análise dos micropoderes por Foucault responde a uma objeção que lhe é muito frequentemente direcionada. O Estado, tanto atualmente, quanto, sem dúvida, ao longo de sua história, jamais teve esta unidade, esta individualidade, esta funcionalidade rigorosa, e, eu até diria, esta importância; ao final das contas, o “Estado talvez não seja senão uma realidade composta, uma abstração mitificada, cuja importância é bastante reduzido do que se crê” (FOUCAULT, M. 2008, p. 519). Precisa ficar claro que a análise do que se denominará como a governamentalidade não ofusca a compreensão do exercício de poder múltiplo e relacional, não se reduzindo às instituições ou a uma racionalidade política como abrangente. Ao trabalhar com a concepção de governamentalidade, se contornam as leituras weberianas e marxistas, que interpretam o Estado como o promotor da reprodução legítima do capitalismo ou como detentor legítimo dos meios de violência. Também se recusa o temor liberal de uma crescente e intensa estatização social, assim como também se recusa a oposição bastante percebida, pela tradição liberal, entre sociedade civil e Estado. O que deve continuar valendo como ponto principal de indagação, são as racionalidades específicas intrínsecas às práticas concretas nas relações de poder. O primado das práticas sobre as instituições permanece muito importante, porém a análise crítica sobre o poder moderno do Estado permite transpor e encontrar o micropolítico com o macropolítico, dispensando atenção principalmente às tecnologias específicas e especiais para

prática do governo. O biopoder está ligado ao capitalismo: neste caso, trata-se de compreender como o aumento e o confisco das riquezas supõem o desenvolvimento de poderes que capturam as forças vitais para fazer com que participem do processo de criação de riquezas. Dito de outro modo se trata de uma nova racionalidade política, qual seja, o Estado Biogovernamentalizado⁵, cujo poder se exerce de forma sutil, diluída por todas as relações sociais, a partir do investimento na vida como alvo de práticas políticas de gestão. O que movimenta a razão governamental é essa diluição do poder, o que não significa governar menos. Pelo contrário, a Biogovernamentalidade supõe o máximo governo pela mínima aplicação de poder, mas de forma racionalizada e até autolimitada. A gestão biopolítica se inscreve na história do liberalismo político. Como afirma Foucault: “Para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importava. Isto é, a condição biológica, o somático, o corporal. Assim, o corpo transforma-se em uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2001, p.210). Interessante como Lazzarato destaca que a partir da percepção de uma noção de “capital humano” no governo biopolítico, para agir sobre este capital é necessário “mobilizar uma multiplicidade de dispositivos, solicitar, incitar, investir a ‘vida’ (LAZZARATO, 2008, p.50). A prática educacional torna-se um dispositivo essencial para o processo de Biogovernamentalização neoliberal do Estado Moderno que

⁵ Trabalhamos esta noção como uma referência direta sobre a conexão de uma biopolítica sobre a vida dos corpos, e como se pode governá-los segundo critérios desta biopolítica, inserida na racionalidade neoliberal. Apontamos assim, uma forma de governamentalidade que denominamos como *biogovernamentalidade*.

assume a condução das condutas através de tecnologias de individualização (disciplinarização) e de totalização (biopolítica) para governamento dos sujeitos. Pois, como destaca Foucault: “nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (FOUCAULT, 2001, p. 211). A Biogovernamentalidade estabelece uma forma de normatização que se incluiu nas técnicas do biopoder para exercer esquadrinhamentos e intervenções, buscando garantir a governamentalidade sobre os indivíduos isoladamente e o estabelecimento de um processo de biogovernamentalização estatal através de um conjunto de instituições que se utilizam de técnicas de governamento sob uma totalidade. Passam a gerir a vida do corpo social ou da população com o objetivo de garantir as relações de produção, para a utilização econômica dos corpos; a força de trabalho. Ora, o discurso que envolve as práticas de poder sobre o corpo discente passa pela necessidade de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, para serem cidadãos e para serem úteis a sociedade. Deste modo, o poder que atua sobre o corpo discente de uma escola visa formar indivíduos produtivos. Uma Biogovernamentalidade na gestão de corpos produtivos, assujeitados⁶ e dóceis.

⁶ O termo derivado do francês “assujettissement”, usado por Foucault, apresenta o sentido de condição dos indivíduos se encontrarem *sujeitos a* alguém ou a algo, denotando o neologismo em português “assujeitamento”.

A Escola: formação de sujeitos autônomos e críticos?

Ao mesmo tempo em que se privilegia a formação moral dos discentes na escola, encapsulada na aprendizagem de regras de convivência, nota-se que a palavra “aprendizagem” não é contemplada. A escola não é definida como um lugar para se aprender e ensinar. Um lugar de aprender a comportar-se (regras de convivência, socialização). Contudo, o discurso dominante sempre ressalta a necessidade de se incentivar a função da escola de produzir sujeitos autônomos e críticos. Foucaultianamente a escola moderna não pode mais ser entendida como um meio para desenvolver a liberdade, racionalidade e igualdade humanas, embora o discurso político educacional sempre destaque o universal. A concepção idealista da escola como formadora de indivíduos conscientes, além de educadora de mentes iluminadas intelectualmente e moralmente perde seu sentido, partindo-se de uma perspectiva foucaultiana. A crítica para o momento da escola deve estar voltada para a imposição de novas práticas de políticas de educação, e desvendar quais as relações estão sendo estabelecidas entre a escola e os novos dispositivos na formação de subjetividades. Aparentemente os discursos técnicos e pedagógicos inspirados em concepções idealistas e iluministas, ressaltam a formação de cidadãos autônomos e críticos. Mas, na realidade produzem sujeitos massificados para serem gerenciados num estado governamentalizado. Veiga-Neto observa que a sujeição de corpos e mentes, o disciplinamento, a desigualdade, entre outros aspectos, compõem as condições de possibilidade do funcionamento da escola moderna e da formação de novas subjetividades (VEIGA-NETO, 2003, p.55). Acrescento ainda, a estruturação

maquinal presente no modo de ser da escola atual, administrada por uma razão de estado também transformada em uma máquina, obedecendo a padrões econômicos e técnicos para operar. A escola torna-se alvo de projetos e investimentos para gerenciar o modo de auxiliar no trabalho de “ensinar do docente” e na melhoria da “aprendizagem” do discente. Trabalha-se com uma racionalidade relativa à produção e lucro. O Estado apresenta em sua razão de governar a responsabilidade de novas necessidades e maiores competências. Podemos então nos questionar: que tipos de sujeitos estão sendo produzidos ou em outras palavras, que tipos de sujeitos à escolarização moderna, também influenciada pela razão biogovernamental, inspirada pela corrente econômica neoliberal, quer realmente produzir? Se nos remetemos a escolas de ensino público, principalmente, tem-se a sensação de estarmos diante de enormes fábricas de deseducação, onde se visa ensinar o “básico” para os discentes. Este básico se limita a permitir que se adaptem as

suas realidades na sociedade e se assujeitem de algum modo. Os discursos pedagógicos de sujeitos autônomos em sua capacidade de escolher e agir, atuando como agentes críticos de seu momento limitam-se aos discursos de retórica pedagógica. Por sua vez, o aparato do estado, com seu corpo de *experts*, como uma máquina, não finda a formulação de políticas para a educação, visando melhorar a aprendizagem dos alunos. A preocupação passa sempre pela necessidade de examinar, medir e matematizar o aproveitamento ou não dos alunos. Tem-se a impressão de um tipo de “agenciamento da deseducação” e a produção de sujeitos dóceis e úteis para serem governados com mais facilidade. Sem dúvida que existe uma preocupação em “educar melhor profissionalmente” os indivíduos. Os discursos por parte do Estado e do mercado concordam diretamente neste sentido de educação profissional ou técnica. Demonstra-se o modo de disciplinamento mais sutil: qualificar sujeitos produtivos e que possam gerar lucro.



Neste sentido o processo pedagógico escolar atua na construção de novas identidades dos sujeitos, não exclusivamente como “homens-máquina”, adestrados para obedecer, produzir e consumir. Este novo tipo de sujeito que passa a ser compreendido como o *homo oeconomicus* – isto é, como agente econômico que responde aos estímulos do mercado de trocas

mais do que como uma personalidade jurídica e política autônoma. Sendo assim, significa que o indivíduo vai “se tornar mais governamentalizado (biogovernamentalizado), podendo-se ter mais controle sobre ele na medida, só na medida, em que se constitui como *homo oeconomicus*.” (FOUCAULT, 2010, p. 317) O *homo oeconomicus*, assujeita-se como o investidor de si

mesmo – obedece somente ao seu interesse e cujo interesse espontaneamente irá convergir com o interesse dos outros. Interessante como apresenta uma dupla condição de ser: enquanto, por um lado, é o sujeito egoísta, importando-se apenas com o seu interesse, o perseguindo como uma vontade infimamente subjetiva; por outro lado, cada um é dependente de um todo que é incontrolável e intotalizante – do mesmo modo, o interesse de um indivíduo vai se relacionar a toda uma série de efeitos que vai fazer tudo o que lhe é proveitoso e, também, será proveitoso aos outros. Sendo assim, é o egoísmo e o interesse do *homo oeconomicus* as motivações para a produção da riqueza coletiva. Temos uma subjetividade que reflete o individualismo e a apatia moderna, encontrando-se inserido no mercado econômico como um competidor, como um jogador. Para ele é somente seu interesse o que importa e, para este modelo de organização social, também é somente isto o que importa. No âmbito da formação educacional, emprega-se maior valor e importância na constituição de subjetividades que possam exercer autonomamente, o exercício de competir no mercado de trabalho. Este tipo de formação de “cidadania” parece ser de fato, a estratégia principal da biogovernamentalidade neoliberal.

Considerações finais

A concepção idealista da escola como formadora de indivíduos conscientes, além de educadora de mentes iluminadas intelectual e moralmente perde seu sentido, partindo-se de uma perspectiva foucaultiana. A crítica para o momento da escola deve estar voltada para a imposição das assim denominadas práticas de políticas de

educação, voltadas para o ideal do *ethos* do que identificamos como uma biogovernamentalidade neoliberal. Objetivo? Desvendar quais são os tipos de relações se estabelecem entre a escola e os novos dispositivos na formação de subjetividades, a partir do exercício de estratégias por parte desta biogovernamentalidade. Pode-se identificar que aparentemente os discursos técnicos e pedagógicos inspirados em concepções idealistas e iluministas, ressaltam a formação de cidadãos autônomos e críticos. Mas, na realidade produzem sujeitos docilizados e normatizados, para serem gerenciados num Estado biogovernamentalizado neoliberal. Ressalta-se que não se privilegia especificamente um tipo de ideologia partidária em detrimento de outra, mas sim um tipo de racionalidade de arte de governar, marcada pelo *ethos* neoliberal biogovernamentalizado.

Veiga-Neto observa que a sujeição de corpos e mentes, o disciplinamento, a desigualdade, entre outros aspectos, compõem as condições de possibilidade do funcionamento da escola moderna e da formação de novas subjetividades (VEIGA-NETO, 2003, p.55). Acrescento ainda, a estruturação maquinal presente no modo de ser da escola atual, administrada por uma razão de estado também transformada em uma máquina, obedecendo a padrões econômicos e técnicos para operar. A escola torna-se alvo de projetos e investimentos para gerenciar o modo de auxiliar no trabalho de “ensinar do docente” e na melhoria da “aprendizagem” do discente. Trabalha-se com uma racionalidade relativa à produção e lucro. O Estado apresenta em sua razão de governar a responsabilidade de novas necessidades e maiores competências. Podemos então nos questionar: que tipos de sujeitos estão sendo produzidos ou em outras

palavras, que tipos de sujeitos à escolarização moderna, também influenciada pela razão biogovernamental, inspirada pelo *ethos* neoliberal, quer realmente construir?

Sem dúvida que existe uma preocupação em “educar melhor profissionalmente” os indivíduos. Os discursos por parte do Estado e do mercado concordam diretamente neste sentido de educação profissional ou técnica. Demonstra-se o modo de disciplinamento mais sutil: qualificar sujeitos produtivos e que possam gerar lucro. Claro que não se faz aqui qualquer tipo de demonização ou desqualificação da educação técnica. Contudo, a Escola se torna um espaço de práticas de governo que produzem sujeitos docilizados e nada autônomos, desprovidos de capacidade crítica do seu momento e apenas assujeitados na liberdade de se investirem a si mesmos como investimento e gestores de seu potencial produtivo, como se identifica no *homo oeconomicus*. Fica-se com a sensação de que projetos educacionais são elaborados pelo governo com o único intuito de promover os indivíduos para o mercado de trabalho, e talvez também para proporcionar a “satisfação” do indivíduo em obter seu diploma. Os docentes por sua vez, também sofrem com este processo de tecnização da arte de governo, inspirado pela lógica da estrutura de mercado, se constituindo como os sujeitos que precisa salvar os “ideais iluministas de educação” e ao mesmo tempo, preparar os alunos para o “mundo do mercado”. São culpabilizados pelo “fracasso do aproveitamento de aprendizagem dos discentes” e também devem realizar a função de “disciplinadores”. Assim como os discentes estão dentro do espaço escolar que se tornou laboratório de práticas políticas que a parte do paternalismo e do marketing ideológico,

se assemelham muito a prática empresarial, só nos trazendo a dúvida muitas vezes em se saber o que pretendem realmente administrar: uma escolarização que permita a formação de subjetividades mais autônomas e capazes de crítica ou sujeitos assujeitados apenas a serem úteis para governamentalidade.

De acordo com a perspectiva foucaultiana, se faz necessário ultrapassar definitivamente os ideais iluministas e retirar a questão da educação fora da dicotomia sucesso-insucesso (VEIGA-NETO, 2003, p. 214). O desafio é o de ultrapassar esta condição, criando formas de resistência contra a “biopolítica de governamentalidade”, nos referindo aqui diretamente à prática educacional. A utilização da “caixa de ferramentas foucaultiana” para esta problematização, só terá sentido se tomar a conotação de viés ético e político. Pensar e agir segundo uma agonística entre poder e práticas de liberdade. Talvez possamos empregar uma ética de permanente resistência que como afirma o próprio Foucault: “permite que possamos determinar que seja perigoso e se tudo é perigoso, sempre há algo a ser feito. Tal posição não conduz a uma apatia, mas para um hiper e pessimista ativismo” (FOUCAULT, 1984, p.343).

Referências

- CANDIOTTO, C. As religiões e o cristianismo na investigação de Foucault: elementos de contexto. In. *FOUCAULT e o cristianismo*. Candiotto, C. & De Souza, P. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- FOUCAULT, Michel. On the genealogy of ethics: An overview of work in progress. In: Paul Rabinow (ed.) *The Foucault Reader*. New York: Pantheon, 1984.
- _____. *Dits et Écrits*, Vol. II. Paris: Gallimard, 2001.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 30.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005a.

_____. **História da Sexualidade I:** A Vontade de Saber, Tradução de Maria Thereza Albuquerque & J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005b.

_____. **Segurança, Território, População:** curso dado no Collège de France (1977-1978) / Michel Foucault; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução: Eduardo Brandão; revisão: Claudia Berliner São Paulo: Martins fontes, 2008.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** Cours Collège de France. 1978-1979. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. **Os Anormais.** Curso do Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. – São Paulo: editora Martins Fontes, 2010.

LAZZARATO, M. *Biopolítica/Bioeconomia.* In: **Poder, normalização e violência:** incursões foucaultianas para a atualidade. PASSOS, F. C. IZABEL (org.) Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

Recebido em 2014-10-23
Publicado em 2014-11-07